

O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO

ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS



MULHERES
BIOGRAFIAS
QUE INSPIRAM



Coordenaram esta edição: Manuel Francisco Neto / Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco / Vilma Maria da Silva

<https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>

Editor Responsável: Antônio Raimundo Pereira Medrado
Editor correspondente (ANGOLA): Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima
Andreia Fernandes de Souza
Antônio Raimundo Pereira Medrado
Isac dos Santos Pereira
José Wilton dos Santos
Vilma Maria da Silva

Coordenação editorial (Angola):

Manuel Francisco Neto
Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt
Profa. Esp. Ana Paula de Lima
Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Profa. Dra. Denise Mak
Prof. Me. Edson da Conceição Graça (Angola)
Prof. Me. Isac dos Santos Pereira
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto (Angola)
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco (Angola)
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza
Prof. Me. Tavares dos Santos Muhongo (Angola)
Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo
Prof. Me. Wilder Dala Quinjango (Angola)

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adelfson Batista Lins
Profa. Bianca de Assis Pirahy
Prof. Dr. Isac Chateaneuf
Jornalista João Domingos Terin (William Terin)
Profa. Ma. Cleia Teixeira da Silva
Prof. Me. José Wilton dos Santos
Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Web-edição:

T.I Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703
Whatsapp: 55(11) 99543-5703
primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)
netomanuefrancisco@gmail.com (Luanda)
<https://primeiraevolucao.com.br>

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>
<https://pixabay.com>
<https://www.pngwing.com>
<https://br.freepik.com>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 7, n. 64 (abr. 2026). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2026. 222 p. : il. color

Bibliografia

Publicação contínua desde 2020.

Bimestral

e-ISSN 2675-2573

Disponível apenas online.

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI: <https://doi.org/10.52078/2673-2573.rpe.64>

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

Em parceria com:



São Paulo | 2026

Publicada no Brasil por:

Livro Alternativo
www.livroalternativo.com.br

CNPJ: 28.657.494/0001-09

05 EDITORIAL

Antonio R P Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaneuf

07 Sobre filas, silêncios e aprendizados invisíveis

Mirella Clerici

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

14 POIESIS

J. Wilton

16 O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO - Rogério Gonçalves

J. Wilton e Cleia Teixeira



ARTIGOS

1. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO <i>Adriana Silva de Santana Barros</i>	25
2. CONHECIMENTO DOS MORADORES DO ZANGO III SOBRE O USO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO DA OXIÚROS NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2025 <i>Aldair de Jesus Adão / Calunda dos Santos Jorge</i>	31
3. DESAFIOS, AVANÇOS E CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO VERDADEIRAMENTE INCLUSIVA <i>Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho</i>	36
4. O ENSINO DE HISTÓRIA E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA PÚBLICA <i>Ana Elisa Bagó de Oliveira</i>	42
5. ENTRE O BRINCAR E O APRENDER: AS METODOLOGIAS ATIVAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Carina Fardim Soares</i>	52
6. PLURALIDADE DA INTELIGÊNCIA E INCLUSÃO ESCOLAR: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E IMPLICAÇÕES JURÍDICO-EDUCACIONAIS <i>Claudiene Alves da Silva</i>	61
7. O PAPEL DO PROFESSOR MEDIADOR NA FORMAÇÃO DO LEITOR CRÍTICO <i>Denise Teixeira Santos Menezes</i>	68
8. RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA <i>Diego Agostinho Dynczki</i>	75
9. TECNOLOGIA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Edna Farias Cordeiro</i>	85
10. A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA PARA A SOCIEDADE <i>Emanuel Ramos Barra</i>	90
11. A HUMANIZAÇÃO NOS SERVIÇOS DE PSICOLOGIA: ESTUDO DE CASO NO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE LUANDA <i>Esmael Joaquim Machado</i>	95
12. DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM E DA IMAGINAÇÃO ATRAVÉS DA NARRATIVA ORAL <i>Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro</i>	100
13. GESTÃO DA CARREIRA NO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO DE LUANDA E NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO TOCOÍSTA <i>Guilherme Mateus Moma</i>	106
14. GESTÃO DE RESÍDUOS HOSPITALARES EM ANGOLA: CASO DE ESTUDO "HOSPITAL PEDIÁTRICO DAVID BERNARDINO" <i>João Francisco Marcelino</i>	114
15. A POSSIBILIDADE DAS ARTES, DOS BRINQUEDOS E DAS BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Joice Botelho Silva</i>	120
16. IMPLICAÇÕES DO SISTEMA POLÍTICO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO LOCAL NO MUNICÍPIO DE BOLONGONGO (CUANZA NORTE, ANGOLA, 2002-2026) <i>José Manuel dos Santos</i>	126
17. LINGUAGENS DAS INFÂNCIAS: ESCUTA, INVESTIGAÇÃO E DESCOBERTAS <i>Lilian Silvana Minho Zanetta</i>	133
18. A MUSICALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO COGNITIVO, LINGUAGEM E INCLUSÃO <i>Luciana Cardoso de Souza</i>	140
19. A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E O MATERIAL DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO <i>Luciane de Jesus Mineiro de Lima</i>	144
20. O BRINCAR COMO EIXO DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Lusilene da Rocha Alves</i>	153
21. A CONFISSÃO COMO EFEITO DA REVELIA FACE A NECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANGOLANO <i>Manuel Dungula Samaia Chivinga</i>	158
22. BAIXA ADEÇÃO AO APOIO PSICOLÓGICO NO INSTITUTO SUPERIOR POLITÉCNICO DE OLINDA RODRIGUES <i>Manuel Paulo Chamorro</i>	167
23. A CULTURA DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: MEDIAÇÃO, EXPERIÊNCIA E FORMAÇÃO LEITORA <i>Marcilene Belisse Pazos</i>	175
24. A IMPORTÂNCIA DAS ROTINAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA E DOS HÁBITOS DE APRENDIZAGEM <i>Maria de Lourdes Ferreira da Silva</i>	178
25. EFEITOS DA PRIVAÇÃO DO SONO NOTURNO SOBRE O RENDIMENTO ACADÊMICO DE UNIVERSITÁRIOS <i>Mario Adelino Miranda Guedes</i>	183
26. BRINQUEDOS, CORPOS E EXPECTATIVAS: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Mirella Clerici</i>	188
27. SAÚDE MENTAL DE JOVENS NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS PSICOSSOCIAIS E IMPLICAÇÕES PARA A EDUCAÇÃO <i>Moizes Antonio dos Santos</i>	199
28. A INTEGRAÇÃO ENTRE AS TECNOLOGIAS E O LETRAMENTO <i>Orlaneide Ferreira Santos Diamante</i>	212
29. FAMÍLIA E ESCOLA COMO CONTEXTOS COMPLEMENTARES NA FORMAÇÃO DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL <i>Renato Souza de Oliveira Carvalho</i>	217

**ESTA REVISTA É MANTIDA E FINANCIADA POR PROFESSORAS E PROFESSORES.
SUA DISTRIBUIÇÃO É, E SEMPRE SERÁ, LIVRE E GRATUITA.**

A **REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO** é um projeto editorial idealizado pela **Edições Livro Alternativo** com o objetivo de **empoderar e inspirar educadores** na jornada de compartilhar suas pesquisas, estudos, experiências e relatos de vivências.

UM CORPO EDITORIAL DE EXCELÊNCIA:

Nossa equipe conta com especialistas, mestres e doutores(as), todos com vasta experiência na rede pública de ensino, além de profissionais experientes nas áreas do livro e da tecnologia da informação. Essa expertise garante a qualidade e o rigor científico das publicações da revista.

INDEPENDÊNCIA E AUTONOMIA:

Um dos nossos diferenciais é a total independência, viabilizada pelo **financiamento colaborativo de professores e professoras**. Essa autonomia nos permite defender a liberdade de expressão e a diversidade de ideias, priorizando a qualidade dos conteúdos e o impacto positivo na educação.

PROPÓSITOS QUE IMPULSIONAM A TRANSFORMAÇÃO:

- **Promover o debate** crítico e reflexivo sobre os diversos aspectos da educação, com base nas vivências, pesquisas, estudos e experiências dos profissionais da área;
- **Proporcionar a publicação** de livros, artigos e ensaios que contribuam para o aprimoramento da educação e o desenvolvimento profissional dos educadores;
- **Apoiar a publicação** de obras de autores independentes, democratizando o acesso à informação e promovendo a diversidade de vozes;
- **Incentivar o uso de softwares livres** na produção de materiais didáticos e na difusão do conhecimento, promovendo a inclusão digital e a redução de custos;
- **Fomentar a produção de livros** por professores e autores independentes, reconhecendo e valorizando a experiência e o saber dos profissionais da educação;

PRINCÍPIOS QUE GUIAM A NOSSA ATUAÇÃO:

- **Priorizar trabalhos voltados para a educação**, cultura e produções independentes, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática;
- **Utilizar exclusivamente softwares livres** na produção de livros, revistas e materiais de divulgação, promovendo a transparência, a colaboração e a acessibilidade;
- **Incentivar a produção de obras coletivas** por profissionais da educação, fomentando a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos;
- **Publicar e divulgar livros de professores** e autores independentes, valorizando a diversidade de vozes e perspectivas na educação;
- **Respeitar a liberdade e autonomia** dos autores, garantindo a originalidade e a autenticidade das obras publicadas;
- **Combater o despotismo, o preconceito e a superstição**, defendendo os valores da democracia, da tolerância e do respeito à diversidade;
- **Promover a diversidade e a inclusão**, valorizando as diferentes culturas, identidades e experiências presentes na comunidade educacional.

A REVISTA PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um movimento pela transformação da educação, um espaço para a colaboração, o aprendizado e a inovação.

Junte-se a nós e faça parte da construção de um futuro mais promissor para a educação!

INSTITUIÇÕES PARCEIRAS



Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform & workflow by OJS / PKP



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES NA INFÂNCIA

Diego Agostinho Dynczuki¹

RESUMO

A educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil constitui um eixo fundamental para a construção de identidades, para o enfrentamento do racismo estrutural e para a promoção de uma educação comprometida com a equidade. O presente artigo tem como objetivo analisar a importância da abordagem das relações étnico-raciais na primeira infância, considerando seus impactos na constituição subjetiva das crianças e nas práticas pedagógicas. Parte-se do pressuposto de que o racismo não é aprendido apenas na escola, mas é reproduzido socialmente desde os primeiros anos de vida, o que exige intervenções pedagógicas intencionais desde a Educação Infantil. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada em autores como Gomes, Munanga, Cavalleiro e Fanon, articulando contribuições da psicologia, da sociologia e da educação. A análise evidencia que a ausência de práticas antirracistas na infância contribui para a naturalização de hierarquias raciais e para a construção de identidades fragilizadas, especialmente entre crianças negras. Defende-se que a escola deve assumir papel ativo na valorização da diversidade, na construção de representações positivas e na promoção de experiências que rompam com o racismo estrutural. Conclui-se que a educação das relações étnico-raciais desde a primeira infância constitui condição fundamental para a formação de sujeitos críticos e para a construção de uma sociedade mais justa.

Palavras-chave: Educação Infantil. Identidade. Prática pedagógica. Racismo. Relações étnico-raciais.

INTRODUÇÃO

A educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil constitui um campo de debate cada vez mais relevante no cenário educacional brasileiro, especialmente diante do reconhecimento de que o racismo se manifesta de forma precoce na vida social e impacta diretamente a constituição subjetiva das crianças. Longe de ser uma temática restrita aos níveis mais avançados de ensino, a discussão sobre identidade, pertencimento e diversidade racial deve ser incorporada desde os primeiros anos de vida,

considerando que é nesse período que se estruturam as bases do desenvolvimento cognitivo, social e emocional.

No Brasil, a institucionalização dessa temática no campo educacional foi impulsionada por marcos legais fundamentais, como a Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todos os níveis da educação básica. Esses dispositivos legais representam avanços significativos no enfrentamento do racismo estrutural, ao reconhecer a

¹ Mestre em Educação pela Universidade Ibirapuera. Graduação em Pedagogia pela Universidade Anhanguera. Professor de Educação Infantil e Ensino Fundamental I com acúmulo de cargo na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP. dynczuki38@gmail.com

necessidade de valorização das contribuições desses grupos para a formação da sociedade brasileira. No entanto, a efetivação dessas leis na Educação Infantil ainda enfrenta desafios, especialmente no que se refere à compreensão de como trabalhar tais conteúdos de forma adequada às especificidades da infância.

A Base Nacional Comum Curricular reforça essa perspectiva ao destacar a importância da valorização da diversidade cultural e da construção de identidades positivas desde a Educação Infantil. Ao propor campos de experiência que envolvem o reconhecimento de si e do outro, a BNCC aponta para a necessidade de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diferenças e o enfrentamento de preconceitos. Contudo, a presença dessa diretriz no documento normativo não garante, por si só, sua implementação no cotidiano escolar, o que evidencia a necessidade de uma formação docente consistente e de uma intencionalidade pedagógica clara.

A infância, frequentemente idealizada como período de inocência e ausência de preconceitos, deve ser analisada de forma crítica. Estudos demonstram que crianças pequenas já são capazes de perceber diferenças raciais e atribuir valores a essas diferenças, reproduzindo estereótipos presentes no meio social. Conforme argumenta Eliane Cavalleiro, o racismo está presente nas interações infantis desde cedo, manifestando-se por meio de brincadeiras, escolhas de parceiros e representações simbólicas (CAVALLEIRO, 2001). Ignorar essas manifestações não elimina o problema, mas contribui para sua naturalização.

Nesse sentido, a escola não pode assumir uma postura de neutralidade diante das questões étnico-raciais. A ausência de intervenção pedagógica configura-se, na prática, como forma de reprodução das desigualdades, uma vez que mantém intactas as hierarquias simbólicas que privilegiam determinados grupos em detrimento de outros. A educação infantil, portanto, deve ser compreendida como espaço estratégico para a construção de práticas antirracistas, capazes de promover a valorização da diversidade e o reconhecimento das diferenças como elementos constitutivos da vida social.

A construção da identidade na infância constitui elemento central nesse processo. Conforme destaca Nilma Lino Gomes, a identidade racial não é

dada, mas construída a partir das relações sociais e das experiências vividas pelos sujeitos (GOMES, 2017). Crianças negras, em contextos nos quais suas referências culturais são invisibilizadas ou desvalorizadas, podem desenvolver sentimentos de inferioridade e rejeição de sua própria identidade. Por outro lado, a ausência de problematização do racismo pode levar crianças não negras a internalizarem posições de privilégio de forma naturalizada.

A contribuição de Kabengele Munanga também é fundamental ao evidenciar que o racismo no Brasil opera de forma velada, dificultando seu reconhecimento e enfrentamento (MUNANGA, 2005). Essa característica influencia diretamente o contexto escolar, no qual práticas discriminatórias podem ser minimizadas ou negadas, sob a justificativa de que não há intenção explícita de discriminar. No entanto, o racismo estrutural se manifesta justamente por meio dessas práticas cotidianas, que reforçam desigualdades e impactam a formação das crianças.

Além disso, a análise da constituição subjetiva a partir de Frantz Fanon permite compreender os efeitos psicológicos do racismo na construção da identidade. Fanon (2008) evidencia como a internalização de padrões raciais hierarquizados pode produzir sofrimento psíquico e alienação, especialmente entre sujeitos negros. Embora suas análises se concentrem em contextos coloniais e pós-coloniais, seus apontamentos são relevantes para compreender os impactos do racismo na infância, especialmente no que se refere à construção da autoimagem.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se evidente que a abordagem das relações étnico-raciais na Educação Infantil não pode ser tratada como temática pontual ou comemorativa, restrita a datas específicas. Ao contrário, deve constituir eixo transversal do currículo, orientando práticas pedagógicas que promovam a construção de identidades positivas e o reconhecimento da diversidade como valor.

No entanto, a implementação de uma educação antirracista na infância enfrenta desafios significativos, como a falta de formação docente específica, a escassez de materiais didáticos adequados e a persistência de concepções equivocadas sobre a infância. A ideia de que crianças são “muito pequenas”

para compreender questões raciais ainda é recorrente, o que contribui para a ausência de intervenções pedagógicas nesse campo.

Dessa forma, a discussão sobre relações étnico-raciais na Educação Infantil exige não apenas o reconhecimento de sua importância, mas a construção de práticas concretas que possibilitem sua efetivação. A escola, enquanto espaço de formação, possui papel fundamental nesse processo, devendo assumir postura ativa no enfrentamento do racismo e na promoção de uma educação comprometida com a equidade.

Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar a importância da educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil, problematizando seus desafios e apontando possibilidades pedagógicas para sua implementação. Busca-se compreender como a escola pode contribuir para a construção de identidades positivas e para o enfrentamento das desigualdades raciais desde a primeira infância.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E ANÁLISE DAS FONTES

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, orientada pela análise crítica de produções teóricas, normativas e acadêmicas relacionadas às relações étnico-raciais na Educação Infantil, à constituição da identidade racial na infância e aos impactos subjetivos do racismo no processo de socialização das crianças. A opção pela pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de reunir, interpretar e articular contribuições clássicas e contemporâneas capazes de sustentar teoricamente a discussão sobre racismo, infância, subjetividade e práticas pedagógicas antirracistas.

O levantamento bibliográfico foi organizado a partir de três eixos principais: o primeiro eixo concentrou-se nos estudos sobre racismo, colonialidade e subjetividade, com destaque para a obra de Frantz Fanon; o segundo eixo reuniu produções sobre relações étnico-raciais, identidade negra e educação brasileira, especialmente a partir de Nilma Lino Gomes, Kabengele Munanga e Eliane Cavalleiro; o terceiro eixo contemplou documentos legais e curriculares que orientam a Educação Básica

brasileira, como a Lei nº 10.639/2003, a Lei nº 11.645/2008, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Base Nacional Comum Curricular.

As buscas foram realizadas em bases e repositórios acadêmicos de acesso público, especialmente SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Também foram consultados documentos oficiais disponíveis nos portais do Ministério da Educação e da legislação federal. O recorte temporal priorizou produções publicadas entre 2003 e 2026, considerando a promulgação da Lei nº 10.639/2003 como marco jurídico-político fundamental para a institucionalização da temática no currículo escolar brasileiro. Entretanto, obras clássicas anteriores ou não enquadradas nesse período foram mantidas quando apresentaram relevância teórica direta para o objeto de estudo, como é o caso de Frantz Fanon e de produções fundantes de Eliane Cavalleiro.

Foram utilizados como descritores de busca os seguintes termos e combinações: “educação infantil e relações étnico-raciais”, “racismo na educação infantil”, “identidade racial na infância”, “crianças negras e escola”, “educação antirracista”, “subjetividade e racismo”, “Fanon e educação”, “Cavalleiro e educação infantil” e “práticas pedagógicas antirracistas”. Como critérios de inclusão, foram selecionadas obras que abordassem diretamente a temática racial no campo da educação, da infância, da subjetividade ou das políticas curriculares. Foram excluídos textos sem autoria identificada, materiais opinativos sem sustentação acadêmica, publicações sem relação direta com o objeto de estudo e trabalhos que tratassem de diversidade de forma genérica, sem problematizar as relações raciais.

A análise das fontes foi realizada por meio de leitura exploratória, seletiva, analítica e interpretativa. Inicialmente, procedeu-se à identificação dos textos mais relevantes para o problema de pesquisa. Em seguida, realizou-se a seleção dos argumentos centrais de cada obra, observando seus conceitos, categorias e contribuições para a compreensão da Educação Infantil como espaço de produção, reprodução ou enfrentamento do racismo. Por fim, os textos foram

articulados em diálogo, buscando evitar uma simples justaposição de autores. Assim, Fanon foi mobilizado para compreender os efeitos subjetivos da racialização; Cavalleiro, para analisar o silêncio escolar diante do racismo na infância; Gomes e Munanga, para discutir identidade, pertencimento e racismo estrutural; e os documentos legais, para situar a responsabilidade curricular e institucional da escola brasileira.

Nesse percurso, a pesquisa assumiu uma postura interpretativa e crítica, compreendendo que a revisão bibliográfica não se limita ao levantamento de autores, mas implica examinar como determinadas categorias teóricas permitem ler a realidade educacional. Desse modo, a análise buscou relacionar teoria, política pública e prática pedagógica, evidenciando que a educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil exige intencionalidade docente, compromisso institucional e enfrentamento das formas explícitas e silenciosas de racismo.

RACISMO NA INFÂNCIA: MANIFESTAÇÕES, SILENCIAMENTOS E IMPACTOS NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

A compreensão do racismo na infância exige a superação de concepções que associam esse período à inocência e à ausência de preconceitos. Essa visão, ainda bastante difundida, contribui para o silenciamento de práticas discriminatórias no ambiente escolar e para a negligência de intervenções pedagógicas necessárias. Ao contrário do que se supõe, crianças pequenas são capazes de perceber diferenças raciais, atribuir significados a essas diferenças e reproduzir padrões de hierarquização presentes no meio social. Nesse sentido, o racismo não é um fenômeno que surge na adolescência ou na vida adulta, mas se manifesta desde os primeiros anos de vida, influenciando a construção da identidade e as relações sociais.

Estudos pioneiros no contexto brasileiro, como os de Eliane Cavalleiro, evidenciam que o racismo está presente nas interações infantis de forma explícita e implícita, manifestando-se em brincadeiras, escolhas de parceiros, apelidos e exclusões (CAVALLEIRO, 2001). Crianças negras, por exemplo, podem ser alvo de comentários depreciativos relacionados à cor da pele, ao cabelo ou a características físicas, enquanto crianças não negras tendem a ocupar posições de maior aceitação social.

Essas experiências, muitas vezes tratadas como “brincadeiras” ou “coisas de criança”, possuem impactos significativos na constituição subjetiva dos indivíduos.

A naturalização dessas práticas constitui um dos principais desafios para o enfrentamento do racismo na infância. O silêncio institucional, frequentemente sustentado pela ideia de que a intervenção poderia “introduzir” o tema de forma inadequada, acaba por reforçar as desigualdades. Ao não problematizar situações de discriminação, a escola contribui para sua legitimação, permitindo que padrões raciais hierarquizados se reproduzam sem questionamento. Nesse contexto, o racismo se torna invisível, mas não menos presente.

A análise da constituição da identidade racial na infância pode ser aprofundada a partir das contribuições de Nilma Lino Gomes, que destaca que a identidade é construída nas relações sociais e está diretamente relacionada às experiências de reconhecimento ou de negação vividas pelos sujeitos (GOMES, 2017). Crianças negras que não encontram representações positivas de si mesmas no ambiente escolar podem desenvolver sentimentos de inferioridade, rejeição de suas características físicas e dificuldades na construção de uma identidade positiva. Por outro lado, crianças não negras, ao não serem confrontadas com essas desigualdades, podem internalizar posições de privilégio de forma naturalizada.

A contribuição de Frantz Fanon permite compreender os efeitos subjetivos do racismo a partir de uma perspectiva mais ampla. Fanon (2008) analisa como a internalização de padrões raciais hierarquizados pode produzir alienação e sofrimento psíquico, especialmente entre sujeitos negros. Embora sua análise esteja centrada em contextos coloniais, seus apontamentos são relevantes para compreender como a negação da identidade pode impactar o desenvolvimento psicológico desde a infância.

A discussão sobre os efeitos subjetivos do racismo na infância pode ser aprofundada a partir de Frantz Fanon, especialmente quando o autor evidencia que a racialização não atua apenas como classificação externa, mas como experiência que atravessa o corpo, a linguagem e a autopercepção do sujeito negro. Ao

afirmar que “o negro não é um homem” (FANON, 2008, p. 26), Fanon não nega a humanidade da pessoa negra; ao contrário, denuncia o modo como a sociedade colonial e racista impede que essa humanidade seja reconhecida em sua universalidade. A frase opera como crítica radical ao falso humanismo moderno, que apresenta o “homem” como categoria universal, mas historicamente o associa à branquitude.

Essa formulação é decisiva para pensar a Educação Infantil, pois a criança negra não constrói sua identidade em um vazio social. Ela se constitui em meio a olhares, palavras, imagens, gestos, ausências e hierarquias simbólicas. Quando a escola não oferece representações positivas da negritude, ou quando silencia diante de apelidos, recusas, humilhações e estereótipos, ela participa da produção de uma experiência subjetiva marcada pela negação. A contribuição fanoniana permite compreender que o racismo não atinge apenas a dimensão social da criança, mas também sua relação com o próprio corpo, com sua imagem e com seu pertencimento.

Essa leitura dialoga diretamente com Eliane Cavalleiro, cuja pesquisa demonstra que o racismo na Educação Infantil não se manifesta apenas em agressões explícitas, mas também na omissão institucional. A autora afirma que “o silêncio escolar grita inferioridade, desrespeito e desprezo” (CAVALLEIRO, 1999, p. 48). A força dessa passagem está em mostrar que o silêncio não é neutro. Ele educa, organiza lugares sociais e ensina às crianças negras e brancas quais corpos são acolhidos, valorizados ou marginalizados no cotidiano escolar.

Desse modo, o silêncio docente diante do racismo não pode ser compreendido como prudência pedagógica ou tentativa de evitar conflitos. Trata-se de uma prática que reforça a desigualdade, pois permite que as crianças negras sejam socializadas em experiências de humilhação e que as crianças brancas naturalizem posições de superioridade simbólica. Cavalleiro observa ainda que a escola oferece oportunidades diferentes para crianças brancas e negras se sentirem aceitas, respeitadas e participantes da vida escolar, demonstrando que a desigualdade racial se inscreve nas relações cotidianas e não apenas nos documentos curriculares.

A articulação entre Fanon e Cavalleiro fortalece o argumento central deste estudo: o racismo na infância não é episódico, individual ou acidental, mas constitui uma experiência socialmente produzida, subjetivamente internalizada e pedagogicamente reproduzida quando não há intervenção crítica. Por isso, uma prática antirracista na Educação Infantil exige mais do que atividades comemorativas ou inclusão pontual de personagens negros em datas específicas. Exige escuta, mediação, revisão dos materiais, reorganização das interações e compromisso institucional com a construção de identidades positivas.

Além das manifestações diretas de racismo, é importante considerar as formas sutis e estruturais pelas quais ele se expressa no ambiente escolar. A ausência de personagens negros em materiais didáticos, a predominância de referências culturais eurocêntricas e a falta de representatividade nas práticas pedagógicas constituem formas de invisibilização que impactam a construção da identidade. Essas práticas, muitas vezes não intencionais, reforçam a ideia de que determinados grupos possuem maior valor social, contribuindo para a reprodução das desigualdades.

A análise de Kabengele Munanga reforça que o racismo no Brasil opera de maneira estrutural e velada, o que dificulta seu reconhecimento e enfrentamento (MUNANGA, 2005). No contexto da Educação Infantil, essa característica se manifesta na dificuldade de identificar práticas discriminatórias e na tendência de minimizar seus impactos. A ausência de uma abordagem crítica sobre o tema contribui para a manutenção de um ambiente que, embora aparentemente neutro, reproduz desigualdades.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre racismo e linguagem. As palavras utilizadas no cotidiano escolar, os apelidos atribuídos às crianças e as formas de se referir às diferenças raciais desempenham papel importante na construção de significados. Expressões aparentemente inofensivas podem carregar sentidos discriminatórios, contribuindo para a construção de uma visão negativa sobre determinados grupos. A formação docente deve, portanto, incluir a análise crítica da linguagem, possibilitando a identificação e a transformação dessas práticas.

A dimensão relacional do racismo também deve ser considerada. As interações entre crianças, mediadas ou não por adultos, constituem espaço privilegiado para a reprodução ou transformação de práticas discriminatórias. Professores que intervêm de forma intencional, problematizando situações de exclusão e promovendo o diálogo, contribuem para a construção de relações mais equitativas. Por outro lado, a ausência de mediação pode reforçar padrões de exclusão e violência simbólica.

Além disso, é fundamental reconhecer que o racismo na infância não afeta apenas as crianças negras. Crianças não negras também são impactadas, na medida em que internalizam visões hierarquizadas da sociedade, o que influencia suas relações e sua compreensão do mundo. A educação das relações étnico-raciais, portanto, deve ser compreendida como responsabilidade coletiva, voltada para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se evidente que o racismo na infância constitui fenômeno complexo, que exige intervenção pedagógica intencional e fundamentada. A escola, ao reconhecer a presença do racismo em seu cotidiano, pode atuar de forma crítica, promovendo práticas que valorizem a diversidade e que contribuam para a construção de identidades positivas.

Assim, enfrentar o racismo na Educação Infantil implica romper com o silêncio, problematizar práticas naturalizadas e construir um currículo que reconheça e valorize as diferenças. Essa abordagem não apenas contribui para o desenvolvimento das crianças, mas também para a construção de uma educação comprometida com a equidade e a justiça social.

CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE NA INFÂNCIA: PERTENCIMENTO, REPRESENTAÇÃO E CURRÍCULO

A construção da identidade na infância constitui processo complexo, dinâmico e profundamente relacional, no qual diferentes experiências sociais, culturais e simbólicas atuam na formação da autoimagem e do sentimento de pertencimento das crianças. No contexto da Educação Infantil, esse processo assume centralidade, uma vez que é nesse período que se estruturam as bases da

subjetividade, influenciando a forma como o sujeito se percebe e se posiciona no mundo. Nesse sentido, a abordagem das relações étnico-raciais não pode ser dissociada da discussão sobre identidade, pois as experiências vividas pelas crianças no ambiente escolar impactam diretamente a construção de referências positivas ou negativas sobre si mesmas.

A identidade não é um dado natural, mas uma construção social que se desenvolve a partir das interações e das representações disponíveis no meio em que o sujeito está inserido. Conforme argumenta Nilma Lino Gomes, a identidade racial é constituída nas relações sociais e está diretamente vinculada às experiências de reconhecimento, valorização ou negação vividas pelos indivíduos (GOMES, 2017). Para as crianças, essas experiências são mediadas por práticas cotidianas, como brincadeiras, histórias, interações com colegas e adultos, além dos materiais e referências presentes no ambiente escolar.

Nesse contexto, o sentimento de pertencimento emerge como elemento fundamental para a construção de identidades positivas. Crianças que se reconhecem nos espaços que frequentam, que encontram referências que dialogam com sua história e que são valorizadas em suas características tendem a desenvolver maior autoestima e segurança. Por outro lado, a ausência de representatividade ou a presença de estereótipos pode gerar sentimentos de exclusão e inferioridade, especialmente entre crianças negras, que historicamente têm sido invisibilizadas ou representadas de forma negativa.

A questão da representação assume, portanto, papel central na construção da identidade. Materiais didáticos, livros infantis, brinquedos, imagens e discursos presentes na escola contribuem para a formação de significados sobre o mundo e sobre os sujeitos que o compõem. Quando esses elementos reproduzem uma perspectiva eurocêntrica, na qual determinados grupos são privilegiados em detrimento de outros, contribuem para a naturalização de hierarquias raciais. A ausência de personagens negros em posições de destaque, por exemplo, reforça a ideia de que determinados espaços não pertencem a esses sujeitos.

A análise de Kabengele Munanga reforça que o racismo se manifesta também por meio da produção

de representações que inferiorizam ou invisibilizam determinados grupos (MUNANGA, 2005). No ambiente escolar, essas representações podem ser reproduzidas de forma sutil, por meio da escolha de conteúdos, da organização do currículo e das práticas pedagógicas. A transformação desse cenário exige uma intervenção intencional, que promova a valorização da diversidade e a construção de referências positivas.

O currículo da Educação Infantil, nesse sentido, desempenha papel estratégico na construção da identidade. A Base Nacional Comum Curricular estabelece, entre seus princípios, a valorização da diversidade cultural e o reconhecimento das diferenças como elementos constitutivos da experiência humana. No campo de experiência “O eu, o outro e o nós”, destaca-se a importância de promover o conhecimento de si e do outro, favorecendo a construção de identidades e o respeito às diferenças.

Entretanto, a implementação de um currículo comprometido com as relações étnico-raciais exige mais do que a inclusão pontual de conteúdos. É necessário repensar as práticas pedagógicas de forma transversal, incorporando a diversidade como princípio orientador das atividades cotidianas. Isso implica selecionar materiais que representem diferentes grupos, propor atividades que valorizem a cultura afro-brasileira e indígena e promover discussões que problematizem estereótipos e preconceitos.

A construção da identidade também está relacionada à dimensão afetiva das relações escolares. Professores que reconhecem e valorizam as características das crianças, que intervêm diante de situações de discriminação e que promovem um ambiente acolhedor contribuem para a construção de identidades positivas. A ausência dessa mediação pode reforçar experiências negativas, impactando o desenvolvimento emocional e social das crianças.

Além disso, a interação entre pares constitui espaço privilegiado para a construção da identidade. As brincadeiras, as escolhas de amizade e as formas de interação entre crianças refletem e reproduzem valores sociais, incluindo aqueles relacionados às questões raciais. Professores que acompanham e intervêm nessas interações podem contribuir para a construção de relações mais equitativas, promovendo o respeito e a valorização das diferenças.

Outro aspecto relevante refere-se à necessidade de romper com práticas pedagógicas que tratam a diversidade de forma superficial ou folclorizada. A abordagem das relações étnico-raciais não pode se restringir a datas comemorativas ou a atividades isoladas, sob risco de reforçar estereótipos e não promover mudanças significativas. A construção de um currículo antirracista exige continuidade, intencionalidade e reflexão crítica sobre as práticas desenvolvidas.

A contribuição de Frantz Fanon permite compreender como a ausência de reconhecimento pode impactar a constituição da identidade, especialmente em contextos marcados pelo racismo (FANON, 2008). A internalização de imagens negativas pode gerar conflitos identitários e sofrimento psíquico, o que reforça a importância de práticas pedagógicas que promovam a valorização da diversidade.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se evidente que a construção da identidade na infância está intrinsecamente relacionada às experiências vividas no ambiente escolar. A escola, ao assumir uma postura ativa na valorização da diversidade e na promoção de representações positivas, pode contribuir para a formação de sujeitos mais seguros e conscientes de sua identidade.

Assim, a abordagem das relações étnico-raciais na Educação Infantil deve ser compreendida como eixo estruturante do currículo, orientando práticas que promovam o pertencimento, a valorização da diversidade e o enfrentamento do racismo. Esse processo exige formação docente, revisão de materiais e compromisso institucional com a construção de uma educação mais equitativa.

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CAMINHOS POSSÍVEIS

A efetivação de uma educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil não se realiza por meio de discursos genéricos ou ações pontuais, mas exige a construção de práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e integradas ao cotidiano escolar. Nesse sentido, pensar caminhos possíveis implica deslocar o debate do plano normativo para o campo da ação pedagógica concreta, reconhecendo que a transformação das relações raciais na escola depende

de escolhas curriculares, metodológicas e relacionais que orientam a experiência das crianças.

Um primeiro eixo fundamental refere-se à intencionalidade pedagógica. Trabalhar as relações étnico-raciais na infância não pode ser resultado do acaso ou da improvisação, sendo necessário planejamento que considere objetivos claros, seleção de materiais adequados e estratégias coerentes com o desenvolvimento das crianças. A Base Nacional Comum Curricular orienta que a Educação Infantil deve promover experiências que favoreçam o conhecimento de si e do outro, o que inclui o reconhecimento das diferenças raciais como parte constitutiva da diversidade humana. No entanto, a concretização dessa diretriz depende da capacidade do professor de transformar princípios em práticas.

Nesse contexto, a escolha de materiais pedagógicos assume papel estratégico. Livros infantis, brinquedos, imagens e recursos visuais constituem importantes mediadores na construção de representações sociais. A presença de personagens negros em posições de protagonismo, a valorização de diferentes culturas e a diversidade de referências estéticas contribuem para a construção de identidades positivas. Conforme argumenta Nilma Lino Gomes, a representatividade é elemento central na construção da identidade, especialmente para crianças negras, que historicamente têm sido invisibilizadas nos espaços educativos (GOMES, 2017).

Entretanto, a simples inclusão de materiais diversos não é suficiente. É necessário que o professor atue como mediador dessas experiências, problematizando estereótipos e promovendo reflexões adequadas à faixa etária. A leitura de histórias, por exemplo, pode ser utilizada como estratégia para discutir diferenças, promover empatia e valorizar a diversidade, desde que acompanhada de intervenções que ampliem a compreensão das crianças.

Outro eixo relevante refere-se à organização das interações no ambiente escolar. As relações entre crianças constituem espaço privilegiado para a reprodução ou transformação de práticas discriminatórias. Professores que observam atentamente essas interações e intervêm de forma intencional contribuem para a construção de relações mais equitativas. Situações de exclusão, apelidos ou

comentários discriminatórios devem ser problematizadas, não apenas corrigidas, possibilitando às crianças compreender o impacto de suas ações.

A contribuição de Eliane Cavalleiro reforça que o silêncio diante de situações de racismo contribui para sua naturalização (CAVALLEIRO, 2001). Nesse sentido, a intervenção docente deve ser compreendida como elemento fundamental na construção de um ambiente escolar comprometido com a equidade. Ignorar ou minimizar práticas discriminatórias não protege as crianças, mas reforça padrões de desigualdade.

A valorização da cultura afro-brasileira e indígena constitui outro elemento central nas práticas pedagógicas antirracistas. Atividades que envolvam música, dança, culinária, histórias e manifestações culturais podem contribuir para ampliar o repertório das crianças e promover o reconhecimento da diversidade. No entanto, é fundamental evitar abordagens folclorizadas, que reduzem essas culturas a aspectos superficiais ou exóticos. A abordagem deve ser contínua e integrada ao currículo, evitando a concentração em datas específicas.

Além disso, o trabalho com o corpo e a estética assume papel relevante na Educação Infantil. A valorização de diferentes tipos de cabelo, tonalidades de pele e características físicas contribui para a construção de uma autoimagem positiva. Atividades que envolvam o reconhecimento do próprio corpo, a observação das diferenças e a valorização da diversidade estética podem favorecer a construção de identidades mais seguras.

A linguagem utilizada no cotidiano escolar também deve ser objeto de atenção. Expressões, apelidos e formas de tratamento podem carregar significados discriminatórios, mesmo quando não intencionais. Professores precisam desenvolver uma escuta sensível e uma postura crítica em relação à linguagem, promovendo o uso de termos que valorizem a diversidade e evitando reproduzir estereótipos.

Outro aspecto importante refere-se à participação das famílias no processo educativo. A construção de uma educação antirracista não pode ocorrer de forma isolada, sendo necessário estabelecer diálogo com as famílias, compartilhar objetivos e

promover reflexões sobre a temática. Esse diálogo, no entanto, deve ser conduzido de forma sensível, reconhecendo a diversidade de contextos e evitando posturas impositivas.

A formação docente constitui condição indispensável para a implementação dessas práticas. Professores que não possuem formação específica sobre relações étnico-raciais tendem a reproduzir práticas tradicionais, mesmo quando reconhecem a importância do tema. Investir em formação continuada, que articule teoria e prática, é fundamental para que os docentes desenvolvam competências necessárias para atuar nesse campo.

Além disso, a construção de práticas pedagógicas antirracistas exige compromisso institucional. A escola deve incorporar essa temática em seu projeto político-pedagógico, garantindo continuidade e coerência nas ações desenvolvidas. Iniciativas isoladas, embora relevantes, não são suficientes para promover mudanças estruturais.

Diante desse conjunto de elementos, torna-se evidente que a construção de práticas pedagógicas antirracistas na Educação Infantil é processo complexo, que exige intencionalidade, reflexão e compromisso. Não se trata de adicionar conteúdos ao currículo, mas de transformar a forma como a educação é concebida e praticada.

Assim, a escola, ao assumir uma postura ativa na promoção da equidade racial, contribui para a formação de sujeitos mais conscientes, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade. Esse processo, iniciado na primeira infância, possui potencial transformador, impactando não apenas a trajetória das crianças, mas também a construção de uma sociedade mais justa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo evidenciou que a educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil não constitui um campo acessório ou complementar, mas um eixo estruturante para a construção de identidades, para o enfrentamento do racismo e para a promoção de uma educação comprometida com a equidade. Ao reconhecer que o racismo se manifesta desde a primeira infância, torna-

se evidente a necessidade de intervenções pedagógicas intencionais, capazes de problematizar desigualdades e promover experiências que valorizem a diversidade.

A discussão permitiu compreender que a infância não pode ser idealizada como período neutro ou livre de preconceitos. Ao contrário, as crianças são sujeitos sociais que percebem, reproduzem e ressignificam as relações presentes no contexto em que estão inseridas. Nesse sentido, a ausência de práticas pedagógicas voltadas para as relações étnico-raciais não implica neutralidade, mas contribui para a manutenção de hierarquias simbólicas e para a naturalização do racismo.

A construção da identidade, elemento central no desenvolvimento infantil, mostrou-se diretamente influenciada pelas experiências vividas no ambiente escolar. A presença ou ausência de representações positivas, a forma como as diferenças são abordadas e a qualidade das interações estabelecidas impactam significativamente a constituição subjetiva das crianças. Nesse processo, a escola possui papel fundamental, podendo atuar tanto na reprodução quanto na transformação das desigualdades.

As práticas pedagógicas analisadas indicam que a construção de uma educação antirracista exige intencionalidade, continuidade e compromisso. Não se trata de ações pontuais ou de abordagens superficiais, mas de uma reconfiguração das práticas educativas, que inclua a valorização da diversidade, a problematização de estereótipos e a construção de relações mais equitativas. A atuação do professor como mediador revela-se central, exigindo formação adequada e sensibilidade para lidar com as dimensões culturais e sociais que atravessam o cotidiano escolar.

Entretanto, o estudo também evidenciou os desafios que permeiam a implementação dessas práticas, como a falta de formação docente específica, a escassez de materiais pedagógicos adequados e a persistência de concepções equivocadas sobre a infância e o racismo. Tais obstáculos reforçam a necessidade de políticas públicas consistentes, que garantam suporte institucional e promovam a formação continuada dos profissionais da educação.

Dessa forma, conclui-se que a educação das relações étnico-raciais na Educação Infantil constitui

condição fundamental para a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer e valorizar a diversidade. Iniciar esse processo na primeira infância amplia as possibilidades de construção de uma sociedade mais justa, na qual as diferenças não sejam motivo de desigualdade, mas de reconhecimento e respeito.

Por fim, destaca-se que o compromisso com uma educação antirracista não pode ser entendido como responsabilidade individual do professor, mas como projeto coletivo, que envolve a escola, as famílias e a sociedade. Pensar a educação infantil a partir dessa perspectiva implica reconhecer que a construção de identidades positivas e o enfrentamento do racismo são processos contínuos, que exigem reflexão crítica, ação pedagógica e compromisso ético com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003.

BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2001.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. O processo de socialização na educação infantil: a construção do silêncio e da submissão.

Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 33-45, 1999.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília: MEC/SECAD, 2005.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

WINNICOTT, Donald W. **O ambiente e os processos de maturação**. Porto Alegre: Artmed, 1983.



5 Anos.
uma essên

www.primeiraevolucao.com.br

Revista a EVOLUÇÃO
Brasil - Angola

Artigo em destaque: **O FIO INDIVISÍVEL DA EDUCAÇÃO**
ROGÉRIO GONÇALVES revela como a união entre Educação em Direitos Humanos, Educomunicação e Gestão Democrática contribui para a melhoria do ensino público no município de São Paulo.

MUITO ALÉM DAS PÁGINAS

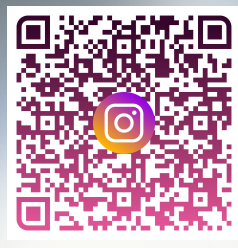
MULHERES
BIOGRAFIAS
QUE INSPIRAM

ABEC BRASIL | ISSN | Crossref | sumários | IBICT | DOI

www.primeiraevolucao.com.br



<https://doi.org/10.52078/2675-2573.rpe.64>



COORDENAÇÃO:
Prof. Dr. Manuel Francisco Neto
Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco
Profa. Esp. Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

- Adriana Silva de Santana Barros
- Aldair de Jesus Adão e Calunda dos Santos Jorge
- Ana Cristina Ogando Gomez de Carvalho
- Ana Elisa Bagi de Oliveira
- Carina Fardim Soares
- Claudiene Alves da Silva
- Denise Teixeira Santos Menezes
- Diego Agostinho Dynczuki
- Edna Farias Cordeiro
- Emanuel Ramos Barra
- Esmael Joaquim Machado
- Flávia de Fatima Seraphim Ribeiro
- Guilherme Mateus Moma
- João Francisco Marcelino
- Joice Botelho Silva
- José Manuel dos Santos
- Lilian Silvana Minho Zanetta
- Luciana Cardoso de Souza
- Luciane de Jesus Mineiro de Lima
- Lusilene da Rocha Alves
- Manuel Dungula Samaiata Chivinga
- Manuel Paulo Chamorro
- Marcelene Belisse Pazo
- Maria de Lourdes Ferreira da Silva
- Mario Adelino Miranda Guedes
- Mirella Clereci
- Moizes Antonio dos Santos
- Orlaneide Ferreira Santos Diamante
- Renato Souza de Oliveira Carvalho

Indexadores:



Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Parceiros:

